

PODE O SUBALTERNO FALAR? A CRÍTICA EPISTÊMICA E A PRODUÇÃO FEMINISTA: OS (OUTROS) SUJEITOS DO CONHECIMENTO¹

Ana Carolina FERNANDES*

Em, *Pode o subalterno falar?* a autora indiana e crítica literária pós-colonial Gayatri Chakravorty Spivak (2012), inicia sua reflexão fazendo uma crítica à produção do conhecimento ocidental e à construção dos sujeitos do conhecimento, em contraposição aos sujeitos que se encontram às margens desta produção epistêmica. Neste contexto, ela questiona o papel do intelectual e, mais precisamente, da mulher intelectual enquanto representante ou porta-voz desses sujeitos ex-cêntricos, quando toma o ocidente como eixo central da produção epistemológica.

Isto posto, a autora amplia sua discussão questionando o próprio posicionamento de autores e escritores enquanto representantes [porta-vozes] de determinados segmentos culturais e políticos, pontuando uma crítica às observações de Michel Foucault e Gilles Deleuze a respeito da representação e do agenciamento dos sujeitos, uma vez que estes autores encontram-se no espaço de dominação ideológica (o Ocidente), enquanto ela própria contextualiza-se na periferia do mundo ocidental.

De acordo com Spivak (2012):

Diante da possibilidade de o intelectual ser cúmplice na persistente constituição do Outro como sombra do Eu [*Self*], uma possibilidade de prática política para o intelectual seria pôr a economia “sob rasura”, para perceber como o fator econômico é tão irredutível quanto reinscrito no texto social- mesmo este sendo apagado, embora de maneira imperfeita- quando reivindica ser o determinante final ou significado transcendental. (SPIVAK, 2012, p.59-60)

* UNESP – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - carolkail@hotmail.com.
Resenha da obra: SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Desse modo, a autora busca refletir sobre uma possível reinterpretação dos modelos coloniais de construção do Outro como diferenciado e, posteriormente, aponta para o fato de que o sujeito subalterno¹ representado pelos discursos ocidentais apenas se faz representar pelo colonizador. Sendo assim, as mulheres, no caso indianas, representadas pelo discurso ocidental, acabariam ficando ainda mais na obscuridade.

Tomando a crítica feminista apresentada por Spivak (2012) em *Pode o subalterno falar?* como nossa principal referência, apresentamos algumas aproximações existentes entre a corrente teórica Pós-Colonial e a perspectiva Descolonial, no que toca à crítica epistemológica oferecida pelas duas vertentes e também com relação a (des)construção da alteridade produzida pelo discurso colonizador.

Tomemos a corrente Descolonial como uma perspectiva epistêmica proveniente do lado subalterno da diferença colonial. Ela difere-se dos estudos pós-coloniais, pois segundo María Lugones (2014) e Walter Dignolo (2005), toda a produção epistêmica colonial estaria em processo de desconstrução, de descolonização não havendo, portanto, um **pós** que remeteria a uma superação deste processo. Juntamente com a crítica epistêmica que leva a desconstrução da dominação colonial, há também uma crítica em relação as dominações econômica e cultural presentes nesta formação.

A importância da teoria Descolonial, vai no sentido de que, assim como a vertente teórica Pós-Colonial, a crítica construída por estes teóricos parte do local da colonização, ou da diferença colonial, rompendo com a concepção epistemológica eurocêntrica, dominante até então.

Partindo destes pressupostos é que a crítica descolonial foi construída, para pensar na alteridade, nas construções epistemológicas e culturais que rompem com a lógica de dominação epistêmica.

Nesse sentido, a crítica feminista apropriada por autoras descoloniais tais como Glória Anzaldúa (2000) e María Lugones (2014), faz-se necessária como forma de revisão desta construção colonial, não com o objetivo de apagar a história da colonização, mas de reinterpretá-la, dando voz aos sujeitos femininos/feministas. Tal crítica aproxima-se dos estudos pós-coloniais, visto que descolonizar – no sentido interpretativo – as construções identitárias sobre os gêneros e sobre o feminino em específico, é um dos objetivos do feminismo terceiro-mundista, assim como descolonizar os saberes eurocêntricos sobre o que seria o outro – colonizado – é um dos principais objetivos dos estudos pós-coloniais.

¹ O termo subalterno é apresentado por Spivak para descrever “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no extrato social dominante” (SPIVAK, 2012, p.13-14)

Isto posto, notamos um importante encontro entre estas duas teorias, o qual pudemos notar a partir de *Pode o subalterno falar?*

Nessa obra, Spivak (2012) assinala uma crítica feminista aos discursos criados pela visão do colonizador inglês na Índia que, a partir de um intervencionismo cultural, assumiu o posto de representante legal dessas mulheres, chamadas subalternas pela autora, justamente por ser/estarem silenciadas, não possuírem uma autorrepresentação. Consideradas subalternas, por localizarem-se nas sociedades terceiro-mundistas, essas mulheres permanecem sempre no silenciamento, ocasionado pelo discurso histórico institucionalizado durante o processo colonial.

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização. Essas considerações poderiam revisar cada detalhe de julgamentos que parecem válidos para uma história da sexualidade no Ocidente. (SPIVAK, 2012 p.157).

O fato de as mulheres do chamado Terceiro Mundo encontrarem-se nessa situação, pode ter a seguinte justificativa: em meio às transformações históricas, bem como as rupturas que ocorreram após a descolonização europeia, algumas características próprias do período colonial (como a opressão das mulheres pela dominação patriarcal) aparecem reconfiguradas numa nova ordem global, dando continuidade à mesma chave de relações que perpassava aquele período.

Para ilustrar tal situação, Spivak (2012, p.118) formula ironicamente a sentença: “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”, de modo a caracterizar a relação ambígua estabelecida entre o sujeito imperialista e o sujeito colonizado pelo imperialismo. Nesse entre-lugar que caracteriza as referidas identidades, o sujeito feminino subalterno encontra-se em deslocamento, fazendo-se representar tanto pelo sujeito imperialista, colonizador, como pelo sujeito colonial do patriarcado.

No caso indiano descrito pela autora, em relação ao antigo ritual de auto-sacrifício das viúvas (*sati*), a identidade e a representação das mulheres subalternas eram postas em jogo, tanto pelo discurso tradicional, como pelo discurso intervencionista do colonizador inglês.

A viúva hindu sobe à pira funerária do marido morto e imola-se sobre ela. Esse é o sacrifício da viúva – a transcrição convencional da palavra sânscrita para viúva seria *sati*. Os primeiros colonos britânicos a transcreveram como *sutte*. O ritual

não era praticado universalmente e não era relegado a uma casta ou classe. A abolição desse ritual pelos britânicos foi geralmente compreendida como um caso de “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”. As mulheres brancas – desde os registros missionários britânicos do século 19 até Mary Daly – não produziram uma interpretação alternativa. Em oposição a essa visão está o argumento indiano nativo – uma paródia da nostalgia pelas origens perdidas: “As mulheres realmente queriam morrer.” As duas sentenças vão longe na tentativa de legitimar uma à outra. Nunca se encontra o testemunho da voz-consciência das mulheres. (SPIVAK, 2012, p.122-123).

Desse modo, podemos notar a violência epistêmica que perpassa o processo de construção do discurso colonial, destituindo de voz os sujeitos colonizados, no caso as mulheres indianas que, durante toda a construção historiográfica, têm suas representações mediadas por outrem (as elites nacionais e o colonizador inglês).

Em artigo intitulado *Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber*, Claudia de Lima Costa (2012) afirma que:

(...) ao se engajar com práticas de resistência e novas formas de identidade política, a crítica pós-colonial em muito se aproxima das práticas e objetivos da crítica feminista do Terceiro Mundo. Ou seja, aproxima-se da prática feminista de crítica as estruturas de poder aliada a uma metodologia intervencionista para a análise e transformação das condições subjetivas e materiais da pós-colonialidade. Aproxima-se também da prática feminista quando faz do lugar de enunciação do sujeito ex-cêntrico e de suas experiências o primeiro ponto de partida para a crítica e a política de intervenção. (COSTA, 2012 p.76).

Costa (2012) aponta a confluência teórica existente entre a crítica feminista terceiro-mundista e a teoria pós-colonial, ressaltando a importância do conceito de tradução cultural para esta aproximação. A necessidade representacional dos sujeitos femininos periféricos, inseridos nas relações globais, pode ser manifestada através do processo da tradução cultural.

A noção de tradução cultural (esboçada, em um primeiro momento, nas discussões sobre teoria e prática etnográficas e, posteriormente, exploradas pelas teorias pós-coloniais) se baseia na visão de que qualquer processo de descrição, interpretação e disseminação de ideias e visões de mundo está sempre preso a relações de poder e assimetrias entre linguagens, regiões e povos. Não é de se estranhar, então, que a teoria e prática da tradução hegemônicas tenham surgido da necessidade de disseminação do Evangelho, quando um dos sentidos de traduzir significou converter. (COSTA, 2012, p.42).

Desse modo, o conceito de tradução cultural torna-se ponto comum entre a crítica pós-colonial e a teorização feminista.

Ao analisarmos as relações de poder de gênero no âmbito da teoria pós-colonial, poderemos ressaltar a importância dos sujeitos femininos colonizados e, como apontou Spivak (2012), das figurações femininas do chamado terceiro mundo, a partir de uma tradução cultural dos contextos específicos nos quais se inserem.

Ao desestabilizar a geopolítica do conhecimento, os lugares epistêmicos racial e de gênero tomarão o campo da reflexão teórica, dando visibilidade aos referidos sujeitos da alteridade, ou os denominados sujeitos subalternos, caso se compreendermos o termo subalterno enquanto uma afirmação política. Neste caso, as representações discursivas serão dadas aos sujeitos ex-cêntricos.

É, neste sentido, que a construção de um feminismo descolonial ou, terceiro mundista se insere, levando em consideração as vozes insurgentes de mulheres periféricas, mestiças, negras, dissidentes do feminismo branco que nomeia a categoria Mulher como universal, não considerando os diferentes locais de fala e suas diferentes cosmologias.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. (trad. Édna de Marco). **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

COSTA, Cláudia de Lima da. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. In: **Portuguese Cultural Studies**, n.4, 2012.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo Descolonial. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.22, nº3, 2014.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: **CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte Editora UFMG, 2012.

Recebido em 22/10/2016.

Aprovado em 06/11/2016.

